



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº. : 18471.000478/2003-18  
Recurso nº. : 140.685  
Matéria : IRPF - Ex(s): 1999 a 2001  
Recorrente : ROBERTO NEVES RODRIGUES  
Recorrida : 2ª TURMA/DRJ em RIO DE JANEIRO - RJ II  
Sessão de : 24 DE FEVEREIRO DE 2005

R E S O L U Ç Ã O Nº.: 106-01.280

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ROBERTO NEVES RODRIGUES.

RESOLVEM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, CONVERTER o julgamento em diligência, nos termos do voto da Relatora:

JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA  
PRESIDENTE

SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO  
RELATORA

FORMALIZADO EM: 20 ABR 2005

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ROMEU BUENO DE CAMARGO, LUIZ ANTONIO DE PAULA, GONÇALO BONET ALLAGE, ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA, JOSÉ CARLOS DA MATTA RIVITTI e WILFRIDO AUGUSTO MARQUES. Fez sustentação oral pelo Recorrente o Sr. Carlos Eugênio de Lóssio e Seiblitz Filho, OAB/RJ nº 118.606.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 18471.000478/2003-18

Resolução nº : 106-01.280

Recurso nº : 140.685

Recorrente : ROBERTO NEVES RODRIGUES

## RELATÓRIO

Nos termos do Auto de Infração e seus anexos de fls. 202 a 211, exige-se do contribuinte Imposto sobre a Renda de Pessoa Física no valor de R\$ 3.722.542,45, acrescido de multa no valor de R\$ 2.791.906,79 e juros de mora no valor de R\$ 2.123.027,40.

As infrações apuradas pela autoridade fiscal foram assim descritas:

1) omissão de rendimentos recebidos das empresas RN Consultoria Administração Empreendimentos E Participações Ltda., CNPJ nº 00.105.110/0001-18 e Opção RN Importação e Exportação Ltda., CNPJ nº 00.681.374/0001-10, no valor anual de R\$ 10.800,00 por empresa, perfazendo o total de R\$ 21.600,00, pertinente ao ano-calendário de 1999;

2) omissão de rendimentos tendo em vista a variação patrimonial a descoberto, onde se verificou excesso de aplicações sobre origens (fl.201) no valor R\$ 49.584,50, pertinente ao mês de fevereiro de 1999;

3) falta de recolhimento de imposto incidente sobre ganhos líquidos no mercado de renda variável, obtidos em operações de *Day-Trade*, e que sofreram retenção de 1% a título de imposto de renda na fonte, relativas ao ano-calendário de 2000, nos montantes especificados às fls. 203/204.

4) omissão de rendimentos caracterizada por valores creditados/depositados em contas de depósito ou de investimento, mantidas em instituições



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 18471.000478/2003-18  
Resolução nº : 106-01.280

financeiras, em relação às quais o contribuinte, regularmente intimado, não comprovou mediante documentação hábil e idônea a origem dos recursos utilizados nessas operações:

Do lançamento o contribuinte tomou ciência em 17/7/2003 (AR de fl.246) e, tempestivamente, protocolou a impugnação de fls. 259 a 290, instruída pelos demonstrativos e documentos de fls. 291/549.

A 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento no Rio de Janeiro , por unanimidade de votos, manteve parcialmente a exigência em decisão de fls. 562/583, resumindo seu entendimento na seguinte ementa:

**NULIDADES NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.**

*Comprovado que o procedimento fiscal foi feito regularmente, não se apresentando nos autos, as causas apontadas no art. 59 do Decreto nº 70.235/1972, não há que se cogitar em nulidade processual do lançamento enquanto ato administrativo.*

**PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA.**

*Concedido ao contribuinte ampla oportunidade de apresentar documentos e esclarecimentos, tanto no decurso do procedimento fiscal como na fase impugnatória não há que se falar em cerceamento do direito de defesa.*

**ACESSO AS INFORMAÇÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.**

*A autoridade fiscal pode solicitar informações e documentos relativos a operações bancárias quando em procedimento de fiscalização.*

**OMISSÃO DE RENDIMENTOS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA.**

*São tributáveis os rendimentos comprovadamente recebidos pelo contribuinte, de pessoa jurídica, e omitidos em sua declaração de ajuste anual.*



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 18471.000478/2003-18  
Resolução nº : 106-01.280

**ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO.**

*São tributáveis os acréscimos patrimoniais a descoberto não justificados pelos rendimentos tributáveis, não tributáveis ou tributados exclusivamente na finte, cobrando-se o imposto com o acréscimo patrimonial da multa de ofício e juros de mora, calculados sobre a omissão apurada.*

**SALDOS REMANESCENTES EXISTENTES AO FINAL DO ANO.  
FALTA DE COMPROVAÇÃO. EFEITOS.**

*Os saldos remanescentes não comprovados ao final de cada ano-calendário consideram-se consumidos dentro do próprio ano, não servindo como recursos para justificar acréscimo patrimonial apurado no ano subsequente.*

**DEPÓSITOS BANCÁRIOS. PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RENDIMENTOS.**

*Para os fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/1997, a Lei nº 9.430/1996, em seu art. 42, autoriza a presunção de omissão de rendimentos com base nos valores depositados em conta bancária para os quais o titular, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.*

**DECISÕES DOS CONSELHOS DE CONTRIBUINTES. EFEITOS.**

*As decisões administrativas proferidas pelos Conselhos de Contribuintes não constituem normas gerais, não podendo seus julgados serem aproveitados em qualquer outra ocorrência, senão naquela objeto da decisão.*

**MULTA DE OFÍCIO.**

*A aplicação da multa de ofício decorre de expressa previsão legal, tendo natureza de penalidade por descumprimento da obrigação tributária.*

Cientificado desta decisão o contribuinte em 19/4/2004 (AR de fl.589, verso), por procurador (doc. de fl.594) apresentou o recurso de fls. 596/645, acompanhado dos documentos de fls. 646 a 670.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 18471.000478/2003-18  
Resolução nº : 106-01.280

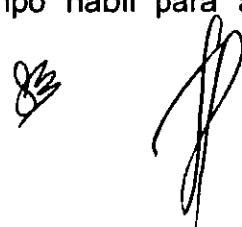
Argumenta, em resumo:

**PRELIMINARES**

- que a autoridade fiscal deixou de considerar fato essencial de a conta corrente objeto de questionamento ser de titularidade conjunta, pertencendo ao recorrente, e a Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, que tem rendimentos próprios e apresenta declaração em separado;
- a fim de comprovar a co-titularidade da conta bancária, traz aos autos cópias das fichas de identificação de cliente, do Banco Itaú, Agência 0769, conta corrente nº 98387-5;
- considerando tais fatos, necessariamente o valor dos rendimentos será imputado a cada titular mediante divisão total dos rendimentos pela quantidade de titulares, conclui-se que houve erro na identificação do sujeito passivo, devendo ser considerado insubsistente o lançamento;
- cita decisões do Conselho de Contribuintes para embasar sua tese;
- alega que é nulo o procedimento de quebra de sigilo bancário do contribuinte, eis que o ato ensejador do afastamento desse direito essencial à privacidade do citado inobservou, por completo, os fundamentos de fato e direito que lhe dariam suporte;
- afirma que houve falta de motivação para abertura de procedimento fiscal, o que caracteriza flagrante desrespeito aos princípios da segurança jurídica, da moralidade, da publicidade e da boa-fé perante ao administrado;

**MÉRITO**

- importante salientar que, conforme comprovam as petições feitas às instituições financeiras, cujas cópias ora se anexam (doc. 4 – fls. 449/452), o contribuinte não se negou a apresentar os extratos à fiscalização. Apenas não houve tempo hábil para a obtenção dos referidos documentos;





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 18471.000478/2003-18  
Resolução nº : 106-01.280

- considerando que a fiscalização não requisitou ao banco os microfilmes de seus lançamentos bancários, o impugnante vê-se impossibilitado de oferecer, por completo, a explicação de todos os ingressos em sua conta-corrente, em face do elevado número de operações, típicas de sua atividade profissional;
- alega que o contribuinte exerce a atividade de empresário com atuação no mercado financeiro é natural que por sua conta transitem valores referentes a compra e venda de títulos, bem como de outras operações típicas desse ramo de atividade, assim como circulação de valores de terceiros, ou seja, o simples creditamento de recursos em sua conta bancária não se presta para configurar a aquisição de renda tributável;
- aduz que a Súmula 182 do TFR ainda está em vigência, transcreve decisões do STJ que no seu entendimento corroboram com a sua tese;
- efetuando a análise de toda a movimentação financeira do contribuinte, relativamente aos anos de 1998 a 2000, o fisco considerou não ter havido comprovação de origem de alguns ingressos, conforme intimação e planilha de fls. 29 e 30/39, respectivamente;
- alega que os ingressos bancários são perfeitamente justificáveis, consistindo, a maior parte das vezes, em transferências de recursos entre instituições. Como por exemplo, percebe-se no lançamento de R\$ 1.267.547,38, do dia 15/01/1998, do Banco Itaú – fl. 64, coincidente em data e valor ao débito em conta-corrente da instituição financeira Mercobank – fl. 167. Da mesma forma, identifica-se a transferência de R\$ 200.000,00, do Banco Itaú, por meio do DOC 209934 – fl. 65, para o Unibanco – fl. 144, no dia 30/01/1998;
- estranha o fisco não ter identificado os rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica, mensalmente, sempre nas mesmas





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 18471.000478/2003-18  
Resolução nº : 106-01.280

datas, no valor de R\$ 5.435,00 regularmente declarados em sua DIRPF (84.000 – 18.780/12, fonte pagadora Opção RN Comm. Ltda.);

- enfatiza, ainda, que as transferências entre as contas de mesma titularidade, justamente por não configurarem aquisição de renda, não ensejam tributação por omissão de receita, conforme expresso no § 3º do art. 42 da Lei nº 9.430/1996;
- apresenta demonstrativo mensal às fls. 623/642, que a seu ver, comprovam a origem dos recursos de suas contas correntes;
- o lançamento tributário considerou omitidos, durante o ano de 1999, rendimentos do trabalho (com vínculo empregatício) recebidos das pessoas jurídicas RN Consultoria Adm. Empr. e Participações Ltda. e Opção RN Importação e Exportação Ltda., no valor de R\$ 10.800,00, por empresa;
- entretanto, o contribuinte não reconhece o respectivo pagamento, sendo certo que não consta do processo qualquer documento colhido pela autoridade fiscal provando essa imputação, ou demonstrando ter havido recebimento de valores. É de se destacar, também, que o contribuinte não tem vínculo empregatício com as mencionadas pessoas jurídicas, não podendo receber rendimentos a esse título;
- é essencial observar, que em nenhum momento da fiscalização o contribuinte foi intimado a prestar qualquer esclarecimento acerca desses supostos rendimentos (cf intimações de fls. 21 a 51), importando este fato em franca preterição de seu direito de defesa consequente nulidade do lançamento, nos termos do art. 59 do Decreto nº 70.235/1972;

**Do Acréscimo Patrimonial a Descoberto**

- em seu relatório de ação fiscal, a ilustre AFRF afirma que, ao efetuar a conferência do fluxo financeiro do contribuinte, não levou em consideração o valor de R\$ 386.359,20 como proveniente de ganho no



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 18471.000478/2003-18  
Resolução nº : 106-01.280

mercado de renda variável, em junho de 1998, tendo em vista que o contribuinte, mesmo havendo recolhido o valor correspondente, não comprovou haver auferido efetivamente tais ganhos;

- considerando que essa glosa tem imediata repercussão sobre o lançamento referente a acréscimo patrimonial a descoberto, no mês de fevereiro de 1999, no valor de R\$ 49.584,50, faz-se necessário esclarecer que a aplicação e o respectivo ganho se encontram registrados no comprovante de movimentação de conta-corrente, da Mercobank S/A Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, do dia 29/06/1998, conforme extrato de fls. 172, correspondendo a operações com ações da Embratel, coincidindo com o mesmo valor transferido para conta corrente do Banco Itaú (fls. 75), na mesma data;
- com relação ao ganho de R\$ 159.799,00 e R\$ 150.510,60, em maio e dezembro de 1999, também se encontram registrados no extrato da Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Mercobank;
- esse item do auto de infração trata de valores declarados pelo contribuinte em sua DIRPF, em relação aos quais, por lapso, deixou de recolher imposto;
- tratando-se de tributo declarado pelo contribuinte, indevida é a imposição da multa de ofício, devendo ser o débito declarado na DIRPF ser encaminhado à cobrança administrativa;
- afirma que sobre o item omissão de ganhos no mercado de renda variável, os valores foram declarados pelo contribuinte em sua DIRPF, mas, por lapso, deixou de recolher o imposto, e, tratando-se de tributo declarado pelo contribuinte, indevida é a imposição de multa de ofício;

Às fls. 552/555 foi juntado o Termo de Arrolamento de Bens e Direitos.

É o Relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 18471.000478/2003-18  
Resolução nº : 106-01.280

V O T O

Conselheira SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO, Relatora

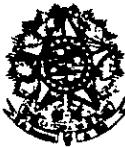
O recurso preenche os pressupostos de admissibilidade. Dele conheço.

Como preliminar argumenta o recorrente, falta de motivação para os atos administrativos e para abertura do procedimento fiscal, entretanto, o exame desses argumentos será feito em uma etapa posterior, uma vez que para o exame do mérito existe a necessidade de alguns esclarecimentos.

Foram juntados aos autos os seguintes documentos e demonstrativos:

- a) cópias das declarações de ajuste anual dos exercícios de 1999 (fls. 4 a 7) de 2000 (fls. 8 a 14);
- b) cópias de resumo de apuração de ganhos variável, pertinente a 2001 (fls. 15 a 20),
- c) demonstrativo de receitas e despesas pertinente ao ano-calendário de 1997 (fl. 25);
- d) demonstrativo de extratos bancários, emitido pela Coordenação Geral de Fiscalização, pertinente aos anos – calendários de 1998 a 2000 (fls. 30 a 39);
- e) demonstrativo de receitas e despesas pertinente aos anos – calendário de 1998 (fl. 44 e 49), 1999 (fl.45) e 2000 (fl. 46 e 50);

83



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 18471.000478/2003-18  
Resolução nº : 106-01.280

f) requisição de informações sobre a movimentação financeira (fl.53) e informes de rendimentos financeiros e fichas cadastral Banco Itaú (fls. 54 a 59) e movimentação financeira (fls. 63 a 138), Banco UNIBANCO (fls.143 a 156), Ficha de Cliente MERCONBANK (fl.164) e movimentação financeira (fls.167 a 185), Ficha cadastral do Banco PROSPER (fl.191) extrato (fls.192 a 193), nota de corretagem de BOVESPA (fls. 194 a 197);

g) relatório de ação fiscal (fls. 198 a 200).

Após a formalização do lançamento (fls. 202 a 211) foram juntados ainda: memorandos SRRF 07/difis nº 2207 (fl.212) e COFIS/GEF (fl.213), planilhas (fls.214 a 220), repostas as intimações com data de 22/9/2002 (fls. 221 a 232), informes de rendimentos (fls. 233 a 242) e procurações (fl. 243 e 244).

A juntada de documentos em fase posterior ao lançamento e antes da apresentação de impugnação, demonstra a insuficiência do prazo concedido ao contribuinte para juntar a documentação solicitada.

A autoridade fiscal tem o dever legal de determinar a matéria tributável (art. 142 do CTN) e durante o procedimento fiscal demonstrar que as declarações feitas e os documentos apresentados pelo contribuinte não espelham a verdade dos fatos (verdade material). O § 1º do art.845 do Regulamento do Imposto sobre a Renda, durante o aprovado pelo Decreto nº 3.000/99, assim preceitua:

*Art. 845 - Far-se-á o lançamento de ofício, inclusive (Decreto-lei nº 5.844/43, art. 79):*

*I - arbitrando-se os rendimentos mediante os elementos de que se dispuser, nos casos de falta de declaração;*

*II - abandonando-se as parcelas que não tiverem sido esclarecidas e fixando os rendimentos tributáveis de acordo com as informações de*





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 18471.000478/2003-18  
Resolução nº : 106-01.280

*que se dispuser, quando os esclarecimentos deixarem de ser prestados, forem recusados ou não forem satisfatórios;*

*III - computando-se as importâncias não declaradas, ou arbitrando o rendimentos tributável de acordo com os elementos de que se dispuser, nos casos de declaração inexata, ou de insuficiente recolhimento mensal do imposto.*

**§ 1º - Os esclarecimentos prestados só poderão ser impugnados pelos lançadores com elemento seguro de prova ou indício veemente de falsidade ou inexatidão (Decreto-lei nº 5.844/43, art. 79, § 1º).**(original não contém destaques)

Considerando que a autoridade fiscal não juntou aos autos demonstrativos que indiquem: a) os valores individualizados dos depósitos, estornos, transferências; b) os valores considerados como comprovados pelos rendimentos efetivamente recebidos e declarados durante os anos – calendários fiscalizados; c) a composição dos valores considerados como “depósitos bancários” no fluxo financeiro de fl. 201, uma vez que no ano – calendário de 1999 o lançamento registra duas omissões uma como acréscimo patrimonial, outra como “depósitos bancários”.

Voto no sentido de converter o julgamento em diligência para que a autoridade preparadora adote as seguintes providências:

1) intime as fontes pagadoras consignadas às fls. 215 e informadas às fls. 557 a 560 (documentos juntados depois da autuação) a esclarecerem, a que título e os montantes pagos ao recorrente no ano – calendário de 1999;

2) adapte o lançamento à determinação do art. 58 da Medida Provisória nº 66 de 29/8/2002, convertida na Lei nº 10.637/2002, em vigor na data da formalização do mesmo;

3) elabore um parecer conclusivo sobre as informações inseridas: a) nos documentos de fls. 213 a 242, anexados após o relatório fiscal e ao auto de



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 18471.000478/2003-18  
Resolução nº : 106-01.280

infração; b) nos quadros registrados no recurso de fls. 624/642; c) nos documentos juntados às fls. 646 a 670.

Observo que nos termos do § 7º do art. 18 do Anexo II do Regimento Interno deste Conselho aprovado pela Portaria nº 55/98, o recorrente deverá ser cientificado do resultado da diligência.

Sala das Sessões - DF, em 24 de fevereiro de 2005.

SUELLEN FIGÊNIA MENDES DE BRITTO